

# ETNOGRAFIA DA OBRA “OS TAPAJÓ” DE CURT NIMUENDAJÚ<sup>1</sup>

Gabriela Galvão Braga Furtado (MPEG/Pará/Brasil)

A base da construção da Antropologia, especificamente produzida no Brasil, enquanto campo científico, perpassava desde sempre a noção de contato cultural no qual norteava o desenvolvimento das pesquisas de sociedade consideradas como exóticas. Neste sentido, é necessário salientar que Antropologia e antropólogos estavam inseridos em um mundo marcadamente tido como civilizado, científico e técnico; o fazer antropológico, nessa medida, era o de submeter e colocar em submissão o outro e seu mundo, tendo por meta a civilização e a humanidade. Todavia, ao decorrer do tempo, é visível uma mudança na atuação da Antropologia, voltada mais para aplicabilidade e o engajamento com o seu ‘objeto’ de pesquisa. Essa mudança, é visível e muito presente no campo da etnologia indígena. Assim, esse trabalho se propõe a discutir sobre a etnia Tapajó a partir das impressões atribuídas pelo etnólogo Curt Nimuendajú a este povo por meio da etnografia documental da obra Os Tapajó, publicada em 1949 no boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nimuendajú, fez uma etnografia tendo como base a análise documental e arqueológica na região. Inicia o trabalho a partir de uma linha histórica de como procedeu a colonização da região, baseado em cronistas. E apesar do etnólogo acreditar que não teve contato com essa etnia, ele descreve em sua obra com clareza as principais características dos Tapajó. Assim pretendo dar visibilidade a esta obra e ao fazer etnográfico de Nimuendajú.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povos Indígenas; Nimuendajú; Tapajó

## INTRODUÇÃO

No início do século XX, Curt Nimuendajú (1883-1945), etnólogo alemão, chegou ao Brasil em 1903, e em 1923 empreendeu uma série de excursões para coletar material etnográfico e arqueológico para o Museu de Gotemburgo (NIMUENDAJÚ, 2001), tal prática fazia parte de diversos “programas de pesquisa”, empreendidos pelo etnólogo, financiado por museus internacionais e nacionais. E com o objetivo de pesquisar os trabalhos desenvolvidos por Nimuendajú especialmente no estado do Pará, é que aqui está sendo analisado especificamente, e de modo contextualizado, o trabalho Os Tapajó, publicado em 1949.

Bensa (2006) também convida a um exercício mais crítico sobre a noção de cultura e a pensar as relações sociais como atos históricos singulares. Contudo, antes de se fazer essa crítica, vale lembrar os passos metodológicos canônicos de como se faz um

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

“nativo autêntico”, à maneira de uma receita cuja ferramenta hegemônica para sua imposição não é o olfato ou o paladar, mas o Olhar.

Assim como o naturalista Von Martius articulava os saberes da Filologia, Etnografia e Arqueologia enquanto ferramenta, em uma tentativa de instituir uma etnogênese do índio. O resultado da estagnação de uma raça, presa moralmente na infância e velhice por não ser apto ao progresso: é o fóssil vivo da história primitiva do Brasil.

Bensa (2006) afirma que as monografias etnológicas ainda continuam assombradas pelo ideal do inventário, isto porque, para dominar é preciso conhecer, controlar, estabelecer limites e definições. Recordando as lições metodológicas de Malinowski, ao exaltar a palavra selvagem e dando um sentido de liberdade ilimitada, irregular e original, ele homogeneiza, a partir do domínio de uma dita linguagem científica, a noção de nativo, criando o selvagem ideal a ser salvo do desaparecimento.

Neste sentido, deslocar a Amazônia, e todos os significados que esta categoria carrega, do mundo natural para o mundo social, exige um esforço no qual a sociedade deve ocupar um espaço que sempre foi dominado pela natureza, e fundamentada pelo domínio colonialista. Dominar a natureza significa evoluir, territorializando a cultura no primordialismo, de base biológica, de seres humanos adaptáveis, ligados por uma ancestralidade, de maneira a desenvolver suas atividades econômicas segundo as características regionais.

Assim, o objetivo desse trabalho é compreender os limites e as possibilidades da rede de produção científica do etnólogo Curt Nimuendajú a partir de seus trabalhos desenvolvido no baixo Amazonas (PA), além de abordar as dimensões e alcances da produção do etnólogo referente à área de estudo específicas e observar as condições de possibilidade e os limites no campo que tornaram possível sua produção; inventariar as imagens produzidas pelo etnólogo, de modo contextualizado, sobre os indígenas enquanto atores sociais posicionados nas redes de pesquisa.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é a noção de que no passado, século XVIII e XIX, as viagens filosóficas tinham a função de compreender as potencialidades naturais da floresta por meio de expedições científicas e hoje, as expedições interdisciplinares encomendadas por instituições de pesquisa e de gestão ambiental exercem o monopólio do saber: é a ciência ainda empenhada para o progresso.

Uma das expedições mais conhecidas foi a coordenada por Alexandre Rodrigues Ferreira, que viajou pela Amazônia de 1783 a 1791.

De acordo com Pádua (2002), foi no contexto dessas pesquisas de campo que os intelectuais começaram a perceber que os recursos naturais das colônias portuguesas estavam sendo destruídos antes que se aproveitasse este potencial econômico. Por isso, nesta lógica, é necessário conhecer para se explorar racionalmente na obtenção de outros tipos de bens.

Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico sobre a produção do etnólogo Curt Nimuendajú, dando ênfase à leitura do trabalhos citado anteriormente. O norteador da análise foi o exame das condições de possibilidade da produção intelectual deste pesquisador, da implicação dessa produção na vida dos indígenas, levando em consideração o contexto sociohistórico desses processos.

Tendo como um dos guias de análise o conceito de Etnicidade, procurou-se trabalhar a partir da ideia de que a Etnicidade é um recurso social que varia de acordo com o contexto, ou seja, é preciso compreender que o Estado e a economia foram construídos por e nas relações sociais entre grupos étnicos dominantes e dominados, bem como a questão da manutenção das fronteiras, pois a Etnicidade está imbrincada nas relações intergrupais (BARTH, 2000; JENKINS, 2008).

## **CRONISTAS, ANTROPOLOGIA e ANTROPÓLOGOS**

Os antropólogos se dedicaram quase que exclusivamente até a década de 1950 a estudar sociedades não ocidentais, pregando a ideia de ser necessário estudar a sociedade do Outro. Esta busca pela alteridade radical no Brasil pode ser caracterizada, de acordo com Peirano (1999), de duas maneiras: pelo estudo de povos indígenas e pela busca por estudos em territórios distantes, que ultrapassavam os limites do país. A autora chama essas duas formas de distância geográfica e ideológica, demonstrando também que os fundamentos desta alteridade estão baseados na exotização desses povos.

A produção etnológica sobre esses povos considerados exóticos antecede as monografias etnológicas atuais, existe um denso trabalho feito por viajantes europeus que, guiados pelo “espírito aventureiro”, desbravaram o mundo em busca de conhecimento sobre outras populações com intenções colonizadoras e de dominação.

Devido a esses acontecimentos, é possível, de certo modo, realizar uma relação entre o trabalho antropológico e os relatos de viajantes, sendo que estes fornecem

materiais sem a qual a Antropologia não seria possível, ajudando a compreender a sociedade por uma dimensão histórica mais profunda (OLIVEIRA FILHO, 1987), e no esclarecimento a respeito do interesses dos brancos por essas sociedades ditas como estranhas, em que um dos focos principais são os aspectos “exóticos” (FERNANDES, 2009).

É muito comum entre antropólogos brasileiros chamar de “cronistas” aqueles autores que, apesar de não ter uma formação específica na área, deixaram relatos em que registraram suas experiências com a população de determinados locais do Brasil, e na ausência de uma ciência social e antropológica propriamente dita, eles deixaram registros de observações diretas, espontâneas (MELATTI, 2007).

Poucos destes tinham boa formação antropológica, e os que poderiam ter feito um estudo mais profundo estavam, não raro, interessados antes de mais nada em colecionar artefatos indígenas para os museus que financiavam as suas expedições. E, nestes casos, os informes etnográficos, ainda que valiosos, se reduziam a um produto secundário ou marginal. (SCHADEN, 1976, p. 4).

Baldus (1970, p. 8) define o nascimento da Etnologia no Brasil tendo como marco a escrita da carta de Pero Vaz de Caminha, demarcando também o “descobrimento do Brasil”: “Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do comprimento de uma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador”.

Mas, os seus autores geralmente buscavam a verdade, ao invés da fascinação pela bondade e beleza. São escritores que se esforçam por mostrar, antes de tudo, aquilo que lhes pareça verdadeiro. E que, às vezes, se preocupam também com a conclusão moral. Nunca, essencialmente, com o efeito estético de sua narrativa. (BALDUS, 1970, p. 9).

Para outros autores, como Kodama (2009), o início da Etnologia no Brasil se deu a partir de notícias enviadas pelos viajantes europeus acerca dos povos indígenas. A Antropologia neste período, capitaneada por estudiosos europeus, era classificada como Etnologia e Etnografia. Entre 1840 e 1860 há um marco na história da produção de saberes sobre os povos indígenas no Brasil: a criação da sessão de Arqueologia e Etnografia do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB).

Para Kodama (2009, p. 14), a Etnografia do IHGB “liga-se a uma operação historiográfica que metamorfoseia os índios do antigo território do império português e as percepções que havia sobre eles, traduzidos em nomes como bravos e tapuias, em documento para a história do Brasil. Neste sentido, a produção etnográfica

institucional trata da construção de uma imagem e de um valor sobre os índios brasileiros”, a partir da estreita relação entre Etnografia e História. Tal procedimento é caracterizado pelos interesses desses intelectuais europeus pelos supostos vestígios dos antigos povos do território do Império.

O termo etnologia em um sentido amplo, como parte da Antropologia Cultural ou Social que abrange os estudos em que o pesquisador entra em contato direto, face a face, com os membros da sociedade, ou segmento social estudado, contrastando-a com a Arqueologia, que abarca as pesquisas apoiadas em vestígios deixados por sociedades desaparecidas ou por períodos passados de sociedades que continuam a existir. (MELATTI, 2007, p. 5).

A Etnologia brasileira é dividida em três fases, segundo Ramos (1951), a primeira fase é anterior à expedição de Von den Steinem, no qual se inicia pelas obras dos jesuítas e do primeiro cronista. A segunda fase se refere às expedições ao Xingu realizadas por Von den Steinen; e a terceira fase sofre influência dos trabalhos fundamentais dos etnólogos alemães.

Assim, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Curt Nimuendajú, por sua abordagem diferente de seus colegas etnólogos, sendo um marco para o início da Etnologia moderna no Brasil.

A adoção de Curt Unkel por estes índios não é um simulacro convencional da empatia, a que recorrem às vezes os antropólogos, para divertimento dos índios e engano de si mesmos. O que faz a diferença em Nimuendajú é a marginalidade intelectual e social, agravada por sua condição de imigrante pobre, sem relações influentes e sem emprego —respeitável na nova terra. Decorrencia dessa situação é seu alheamento do mundo acadêmico, que sempre foi estranho por falta de gosto e de formação: Esses fatores contribuíram, provavelmente, para estimular seu interesse pelos índios e para desenvolver sua extraordinária capacidade de aprender e de viver o outro. (MOREIRA NETO, 1982, p. 10)

Desta forma, ele não só pesquisou as comunidades indígenas, mas também converteu-se em um indígena, considerando o mundo com os olhos perplexos e acusadores de um índio e a sua passagem pelo universo indígena foi uma escolha permanente de vida, a prova disto é que logo com a sua chegada no Brasil em 1903, e em 1905 já se encontrava entre os Guarani (MOREIRA NETO, 1982).

A despeito da extensão e qualidade de sua obra que o torna, de longe, o mais fecundo dos etnólogos brasileiros, parece razoável supor das evidências de sua vida e de sua produção intelectual, que viver com os índios era, para ele, pelo menos tão importante quanto escrever sobre ele. (MOREIRA NETO, 1982, p. 11).

Nimuendajú manteve-se a uma certa distância do academicismo, apesar de realizar contatos com instituições estrangeiras para que ele pudesse fazer coleta de material arqueológico, apenas nos últimos anos de vida se associou ao Museu Goeldi, em especial, ao seu coordenador Carlos Estevão de Oliveira; e ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde sempre teve contatos com diversos antropólogos, como Eduardo Galvão.

## **CURT NIMUENDAJÚ E OS TAPAJÓ**

Nimuendajú é consagrado como um dos principais etnólogos da Antropologia por seu legado bibliográfico e pela quantidade e materiais etnográficos, como artefatos arqueológicos e relatórios de diversas etnias do Brasil. Contudo, é importante assinalar que apesar dele ter em sua essência um trabalho sobre os indígenas, ele escreveu para instituições, sejam elas brasileiras ou estrangeiras e até mesmo para pessoas específicas, principalmente para o SPI, dessa forma, ao ler os escritos, deve-se ter todo um cuidado com o material apresentado e destacar quem é o Nimuendajú etnólogo.

Ainda que não tenham sido todos escritos para um mesmo tipo de leitor — uns são dirigidos a particulares, outros ao Serviço de Proteção aos Índios e ainda alguns talvez redigidos para fins de publicação — os textos, de um estilo vivo, espontâneo, cheio da energia de um homem empenhado na defesa das sociedades que estudava, às vezes até com uma pitada de humor, contrastam com redação mais contida das traduções de suas monografias para o inglês (MELATTI, 1982, p. 336).

De maneira geral, ainda existem obras que nunca foram publicadas ou não foram traduzidas para o português, em especial, cartas ainda desconhecidas do público que não seguem a ideia de um padrão específico acadêmico, mas sim notícias de suas empreitadas entre os indígenas, assim, “as cartas de Nimuendajú representam fontes muito valiosas para conhecer melhor o autor e a obra e, além disso, as circunstâncias, quase sempre difíceis, de praticar um estilo peculiar de fazer antropologia” (SCHRODER, 2013, p. 40).

A obra dele, sozinha, é maior e mais importante do que a soma das de todos nós que fizemos etnologia antes e depois dele, até hoje em dia. Pena é que nesse país em que se publica tanta besteira, não se tenha editado até agora seus livros só encontráveis em alemão, francês e inglês. Isto, apesar de que uma instituição tão vetusta

como o Museu Nacional, se tenha comprometido formalmente a publicá-los quando de sua morte, há mais de trinta anos. Esta era, aliás, das nossas vergonhas culturais, uma das que mais vexava a Galvão. (GALVÃO, 1979, p. 12).

Assim, o próprio Viveiro de Castro (1987) descreve Nimuendajú como uma mistura germanicamente complexa de muito romantismo aventureiro, devido ao seu pensamento de que o desenvolvimento dos indígenas deveria partir da sua cultura, religião e língua, dentro de um contexto no qual o governo desejava transformar indígenas em mão de obra para o desenvolvimento nacional.

...o que estes índios precisavam com maior urgência seria uma regeneração moral pelo reerguimento de sua consciência individual e racial, sentimentos estes que foram espezinhados pelos civilizados, até se apagar a sua última centelha. A tutela das missões jamais produziu em parte alguma este efeito [regeneração e reerguimento], antes pelo contrário. O índio antes de provar os benefícios da civilização moderna possuía estes sentimentos: eles caíram com os esteios de sua maloca. Para lhe restituir o que lhe foi roubado, seria preciso colocá-lo novamente sobre a base de sua cultura própria e deixá-lo evoluir em paz durante algumas gerações. (NIMUENDAJÚ, 1927, p. 106).

Seguindo essa linha de pensamento, na obra de Curt está presente justamente esse desejo de salvar as culturas indígenas, assim destacando os trabalhos feitos por ele em Os Tapajó, registrados em relatórios, em que fica evidente a noção de salvar e etnografar essas etnias.

Sendo a ideia principal deste estudo perceber os processos de construção de uma rede de produção científica internacional do pesquisador, os limites e as possibilidades de ação nessa rede e as consequências da sua atuação no campo.

A obra Os Tapajó, escrita por Curt Nimuendajú e publicada nos cadernos do Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém, em 1949, retrata a região de Santarém-PA, especificamente, Alter-do-Chão, é resultado da expedição que o etnólogo realizou sob encomenda do Museu Etnológico de Gotemburgo, no qual, revela que apesar de não ter formação acadêmica, estabeleceu contatos com círculos acadêmicos europeus, o que leva a indagação de como essa aproximação ocorreu (SCHRÖDER, 2015).

Uma das hipóteses mais relatadas é que a publicação de seu primeiro texto científico, a famosa monografia sobre a religião e cosmovisão dos Guarani na conceituada Zeitschrift für Ethnologie (1914), foi intermediada pela ornitóloga alemã Emilie Snethlage (1862-1929) ao assumir, naquele ano, a diretoria do Museu Paraense Emílio Goeldi. Esses primeiros contatos com a etnologia acadêmica alemã não foram estabelecidos apenas com os editores da revista, mas também, especificamente, com o etnólogo Theodor Koch-Grünberg (1872-

1924). Com vários textos publicados em periódicos como *Zeitschrift für Ethnologie*, *Petermanns Geographische Mitteilungen*, *Anthropos* e *Journal de la Société des Américanistes*, Nimuendajú começou a conquistar uma reputação como especialista em etnologia e linguística indígena até meados da década de 20, porém sobretudo no exterior. (SCHRÖDER, 2015, p. 147).

As pesquisas que Nimuendajú realizou para o Museu de Gotemburgo geraram um denso levantamento de dados arqueológicos que podem ser acessadas no site Carlotta: Databasen för museisamlingar<sup>3</sup>, com fotografias deste material, abaixo algumas fotos das cerâmicas coletadas por Nimuendajú.

Também é importante assinalar que ele próprio redigiu um texto contando suas experiências intitulado de *Streifzüge in Amazonien*, em tradução feita por Thekla Hartmann e publicado com o título *Excursões pela Amazônia* na *Revista de Antropologia*, texto disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Neste artigo, Nimuendajú resume, em ordem cronológica, todas as expedições arqueológicas e etnológicas empreendidas por ele naquele período: nas regiões dos Rios Tapajós e Madeira, Nhamundá e Trombetas, na Ilha de Marajó e no alto Rio Negro.

Estas peças encontram-se no Museu *Världskultur*, o museu da cultura mundial, localizado em Gotemburgo, Suécia.

Em 1923, Nimuendajú conhece a região do alto Tapajós, com o objetivo de estudar as etnias Munduruku e Apiacá, no qual teve a oportunidade de passar alguns dias em Santarém, o que o levou à descoberta dos estratos culturais extraordinariamente interessantes e ricos sobre os quais a atual cidade está edificada, e que se estendem pelas suas terras altas vizinhas, como foi imediatamente verificadol. (NIMUENDAJÚ, 2002, p. 188)

...eu havia me deparado com os restos de uma outra cultura com enterro secundário em urnas e com cerâmica exclusivamente gravada, interessava-me verificar a extensão da cultura de Santarém. Para isso, empreendi primeiro uma excursão subindo pela margem direita do Tapajós até Samaúma, depois a cavalo novamente até as terras altas e por fim uma viagem de canoa até o Lago Grande de Vila Franca. Em todos os lugares encontrei apenas vestígios extremamente numerosos da cultura de Santarém, que talvez possa ser atribuída principalmente aos Tapajós, extintos como tribo autônoma já no final do século XVII. Ela se caracteriza pela total ausência de sepulturas – praticava-se a cremação e o consumo das cinzas em bebidas e, em parte, também uma espécie de mumificação – e por uma cerâmica completamente diferente, de espantosa riqueza de formas e alta elaboração artística que, de um lado, evidencia um parentesco inconfundível com a velha cultura Chiriqui do Panamá e, de outro, estranhas concordâncias, às vezes até nos mínimos pormenores, com a das Pequenas Antilhas. (NIMUENDAJÚ, 1923)



Em carta endereçada a Carlos Estevão de Oliveira, no dia 22 de julho de 1923, Nimuendajú relata:

Saudações.

De volta de Alter do Chão encontrei aqui sua carta de 10 julho e os 200\$000 na Casa Castelo, pelo que lhe fico muito agradecido. Irei ao Lago Grande de Vila Franca do dia 26 – antes não tem transporte – e procurei adquirir o muiraquitã que, segundo já sei com toda certeza, existe lá nas mãos de um morador.

Do dia 10 até o dia 21 estive na zona de Alter do Chão, trepei em meia dúzia de serras, revirei uma dúzia inteira de terras pretas e nada achei que valesse a pena eu me abaixar para apanhá-lo. Foi para mim um grande decepção, pois esperava colher bons resultados neste antigo centro dos índios Tapajó. Enganei-me redondamente: a vila estava quase abandonada. Os mantimentos eram difícilísimos e canoa e remadores só se achava com muita demora e muito custo. Em frente à vila, do outro lado do lago, existem duas serras que ambas eu visitei. Na primeira nada achei que se parecesse com um regato formado pelas águas da chuva, mas ao pé da segunda existe de fato um pequeno rego que mina um pouco de água que poucos metros adiante se perde no campo arenoso, mas nada curioso achei nele e, pela sua conformação, me parece um pouco provável que jamais lá tivesse existido alguma coisa. Em Alter do Chão não encontrei uma só pessoa que tivesse ao menos pela tradição notícia de muiraquitãs.

Calculo que pelo último do mês estarei de volta do Lago Grande e então embarcarei para Belém no primeiro vapor que tiver, pois tenho de liquidar lá negócios urgentes com Nordenskiöld. Até o dia 5 ou 7 espero poder agradecer-lhe pessoalmente os auxílios e o vivo interesse que tomou nos meus estudos.

Sou com a máxima estima e consideração (NIMUENDAJÚ, 1923)

Nimuendajú, em *Os Tapajó*, fez uma etnografia tendo como base a análise documental e arqueológica na região. Ele inicia o trabalho a partir de uma linha histórica de como procedeu a colonização da região, baseado em cronistas: em 1626, chegou à primeira expedição portuguesa, que estabeleceu relações com indígenas na tentativa de promover plantação de tabaco no baixo Tapajós. Tal empreendimento fracassou e os indígenas atacaram e forçaram a expedição a sair do local.

Em 1639, o governo tentou subjugar a nação Tapajó, mas este projeto fracassou porque eles resistiram aos ataques e à tentativa de expulsão de suas terras. Durante um embate entre os indígenas e os portugueses, os Tapajó, entre o extermínio e uma espécie de submissão, optaram pela submissão e entregaram aos portugueses suas armas: flechas envenenadas. A aldeia foi saqueada, mulheres foram violentadas, crianças foram entregues aos portugueses para serem escravizadas e tornaram-se escravizadores em outras aldeias, criando, assim, conflitos entre etnias próximas.

Já em 1661, os jesuítas ergueram uma igreja, origem da atual cidade de Santarém e traduziram o catecismo para a língua dos Tapajó e dos Urucucu. Trinta anos depois, os Tapajó “estavam em ruínas”, e havia um forte.

Segundo Nimuendajú, os Tapajó e os Urucucú deixaram de existir quando os jesuítas fundaram a missão dos índios Arapiuns, e transferiram o que sobrou dos Tapajó. De acordo com Nimuendajú, em 1820, os Tapajó estavam completamente extintos.

Quando P. Betendorf, em fins dos 90 do século XVII, concluiu a sua crônica, aquela aldeia tão populosa na foz do Tapajós, bem como as numerosas aldeias de terra a dentro, estavam completamente destruídas pela ganância dos moradores brancos. Pela última vez se encontra o nome das tribos Tapajós e Urucucu na lista das tribos indígenas do Rio Tapajós dada por Ricardo Franco de Almeida Serra, em 1779, Martius achou em 1820 os Tapajocôs estavam completamente extintos (NIMUENDAJÚ, 1939, p. 55).

Nimuendajú (1949) relata que o nome deste grupo é Tapajocôs, e seu significado seria “mergulhadores” os que trazem do fundo, porém afirma, em seguida, que não existe uma explicação aceitável, e talvez o termo pertença a uma língua extinta. O habitat deste grupo é a região de Alter-do-Chão, onde se localizavam no lado oriental, com cerca de 500 famílias e uma população de 2.500 pessoas, não falavam o Tupi e tinham uma língua própria, eram considerados corajosos e respeitados pelos vizinhos e, a princípio, pelos portugueses, sua organização social era em pequenas aldeias de 20 a 30 famílias, sendo que cada uma tinha seu chefe. O casamento era poligâmico e puniam o adultério, os mortos eram tratados, consumiam sua carne e os ossos eram colocados em bebidas e também faziam a mumificação.

A religião se dava por meio da veneração dos chefes que estavam mortos mumificados, e pedras com diversos significados, como casamento e bom parto. Ficavam nus e sua alimentação era baseada em pequenas criações, como galinhas, patos, pesca, coleta de frutas e produção de beijus e farinha. Produziam artefatos, como os buraquitas (Muirakitãs) e suas armas eram flechas envenenadas.

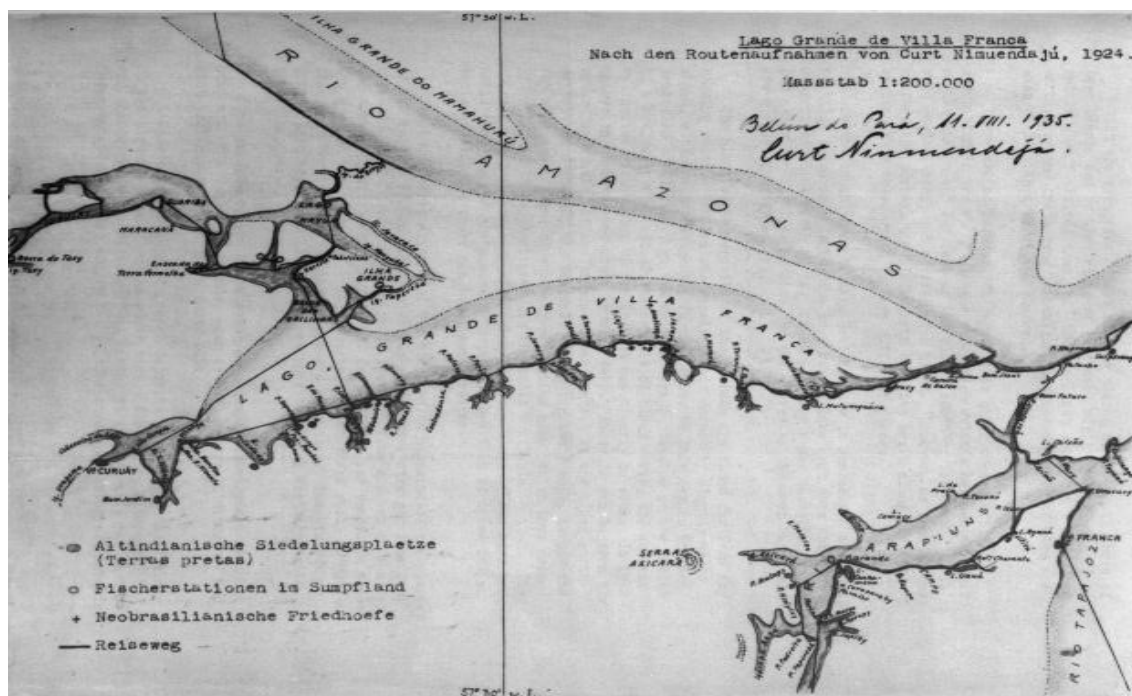
O domínio da civilização nessa região somente se consolidou depois de um século de lutas contra os indígenas, diversas etnias foram para enfrentamento, como forma de resistência, quando parecia que a região estava subjugada e conquistada, surgia mais e mais conflitos entre indígenas e brancos (RIBEIRO, 1996).

Apesar de Nimuendajú acreditar que não teve contato com essa etnia, ele descreve em sua obra com clareza as principais características dos Tapajó, afirmando de várias formas que eles foram extintos como comunidade autônoma. E conclui dizendo que:

Nenhum estilo cerâmico em território brasileiro apresenta tantos elementos em comum com os estilos da parte meridional da América Central (Chiriqui, Darién) como os dos Tapajó. Tais são cariátides sentadas, os olhos em forma de o e de -, o motivo —mão no rostol, rãs subindo pela parede exterior do vaso, etc. O caminho pelo qual chegou esse conjunto de elementos até a foz do Tapajós ainda não foi determinado devido à grande falta de material das regiões intermediárias. Parece, porém, que não foi via pela costa e Amazonas acima, porque na região da foz desde rio falta a maioria daqueles elementos. (NIMUENDAJÚ, 1939, p. 61).

Ou seja, o etnólogo compreendia que poderia haver um deslocamento dos Tapajó pela região de Santarém, mas não deixou isso explícito, preferindo, assim, declará-los como extintos, comprovando o seu modo de fazer Etnologia em aproximação a noção de “índio puro”

FIGURA 1 - Mapa produzido por Curt Nimuendajú referente a arqueologia tapajônica.



Fonte: NIMUENDAJÚ (1949)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certo modo, a base da construção da Antropologia especificamente produzida no Brasil, enquanto campo científico, perpassa desde sempre a noção de contato cultural norteando o desenvolvimento das pesquisas.

Neste sentido, Antropologia e antropólogos estavam inseridos em um mundo marcadamente tido como civilizado, científico e técnico; o fazer antropológico, nessa medida, era o de submeter e colocar em submissão o outro e seu mundo, tendo por meta a civilização e a humanidade. A Antropologia como ciência pregava, então, a preservação, a proteção, a transformação e a repressão como objeto de políticas dirigidas ao mundo do outro.

No campo da própria Etnologia indígena, a historiografia oficial sempre mostrou os povos indígenas como se eles tivessem desaparecido, desde a chegada dos portugueses no litoral brasileiro, principalmente no campo da literatura, no qual autores como Gonçalves Dias, defendiam abertamente o extermínio. E a própria população em diversos contextos históricos revelou estereótipos que os julgavam, como animais, ferozes, selvagens etc., imagens essas que em diversos momentos decidiram o destino das populações indígenas.

Dentro do próprio desenrolar da Antropologia no Brasil, com foco na questão indígena, destacam-se os estudos realizados por Charles Walgey e Eduardo Galvão sobre os Tapirapé e os Tenetehara, a partir de dados coletados em campo. No mesmo período, Florestan Fernandes publicou o livro *A Organização Social dos Tupinambá*, estudo focado sobre a etnia dita extinta, com análise de relatos de cronistas do século XVI (LARAIA, 1987).

Segundo Laraia (1987), a década de 1950 é marcada não apenas por dados de campo e relatos de cronista, mas também por uma grande preocupação da Antropologia brasileira com o futuro das populações indígenas. Desta forma, começam a voltar os estudos para a questão do contato dos indígenas com as frentes de expansão da sociedade nacional.

Assim é que, em 1953, na I Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional, Eduardo Galvão apresentou o seu "Estudo sobre a aculturação dos grupos indígenas brasileiros", quando discute o próprio conceito de aculturação. Um outro fato importante resultou dessa I Reunião Brasileira de Antropologia: foi a criação, dois anos depois, em Salvador, da Associação Brasileira de Antropologia, entidade que há 32

anos vem se dedicando em ser um dos grandes baluartes das causas indígenas. (LARAIA, 1987, p. 2).

Também é necessário salientar os trabalhos desenvolvidos por Darcy Ribeiro, utilizando sua experiência de campo junto aos índios Kadiweu e Urubu-Kaapor para definir os diferentes tipos de atuação de contato perante aos projetos desenvolvimentistas. E na década de 1960, Roberto Cardoso de Oliveira coordenou no Museu Nacional, a pesquisa intitulada Estudos de áreas de fricção interétnica no Brasil, que rediscutiu as teorias referentes ao contato e demonstrou a necessidade de estudar quais as faces do processo, “ou seja, não basta compreender apenas a realidade indígena mas também é necessário conhecer a frente de expansão da sociedade nacional com a qual o contato se estabelece” (LARAIA, 1987, p. 3).

Esses são apenas alguns dos trabalhos produzidos quando se fala sobre Etnologia indígena, por isso, a partir de uma constante mudança no decorrer do tempo na Antropologia, por causa de diferentes contextos sociais perante os povos indígenas é de extrema importância colocar nesse eixo Curt Nimuendajú, pois dentre todos os trabalhos produzidos por ele, é visível um caráter único em suas pesquisas, pois não focou em situações específicas, mas dedicou a sua vida a qualquer circunstância que se caracterizasse como indígena, é como se tivesse preso a uma Antropologia da época, ao mesmo tempo em que fazia sua própria Antropologia.

Ainda sim, existem linhas de estudo que visam à questão da etnicidade, na noção de pertencer a um grupo, e aos conceitos de grupo étnico, identidade étnica e etnicidade em uma complexa trajetória teórica nas Ciências Sociais. As dificuldades podem ser constatadas nas muitas coletâneas, em textos e estudos de caso publicados desde a década de 1970 (LUVIZOTTO, 2009).

A Etnicidade é uma entidade relacional, pois está sempre em construção, o que significa que é construída no contexto de relações e conflitos intergrupais. Essa forma é caracterizada pela natureza do grupo étnico resultante de um processo de confronto e diferenciação. Tudo isso acentua a natureza dinâmica da identidade étnica que se constrói no jogo de confrontos, oposições, resistências, como também, e sobretudo, no jogo da dominação e submissão (LUVIZOTTO, 2009).

O grande desenvolvimento dos estudos sobre etnicidade a partir de 1970, estaria ligado a um tipo de conflito e de reivindicações qualificadas como “étnica” que tomam corpo nas sociedades industriais e nas do Terceiro Mundo

abordam os grupos étnicos como uma forma de organização social, sendo o traço fundamental destes a autoatribuição ou a imputação por outros a uma categoria étnica. É nessas fronteiras sociais onde estão os limites.momentos da história pelos sintomas da extinção indígena, entre praticamente quase todas as etnias que ele conheceu e conviveu.

A partir desta noção presente nos estudos desenvolvidos por Nimuendajú pode-se destacar os estudos da Etnologia indígena atualmente, que ainda tem característica de um passado ainda presente, mas que visa o processo da etnogênese, gritante entre os Tapajó, no sentido que,

Neste contexto, é percebível uma Antropologia preocupada não mais com a temida extinção, com estudos de contato ou com tutela que esses povos foram submetidos por muito tempo, mas sim com a falta de visibilidade por parte do Estado e da sociedade de maneira geral de como esses fatores prejudicaram o não reconhecimento dos indígenas.

Apesar da mudança de como os estudos antropológicos estão atuando, quase não existem pesquisas densas produzidas sobre a etnia Tapajó, tendo apenas poucos trabalhos publicados, não ficando claro a forma de organização e outros fatores presentes sobre eles. Sobre o movimento indígena no baixo Tapajós, ocorre a mesma situação, ainda poucos pesquisadores se debruçaram sobre esta região e essa causa.

Desta forma, assinala-se a importância de haver estudos na Antropologia especificamente sobre os Tapajó e o Movimento Indígenas do Baixo Tapajós como uma forma de apoio à ao processo de indianidade presente, em contraponto à Antropologia clássica, destacando assim, os diversos processos de mudança que a Antropologia passou a partir do estudo produzido por Curt Nimuendajú, respondendo à necessidade de que ela não deve ser produzida para o indígena, mas sim com o indígena.

## **REFERÊNCIAS**

BALDUS, Herbert. **Bibliografia crítica da etnologia brasileira**. São Paulo: Kraus Reprint, 1970.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**, Niterói, n. 19, p.15-30, 2005.

BENSA, Alban. **La fin de l'exotisme: essais d'anthropologie critique**. Marselha: Anacharsis, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica e outros ensaios**. São Paulo: Global editor, 2009.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Prefácio de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Estudos Brasileiros, 29).

JENKINS, Richard. **Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations**. 2. ed. Londres: Sage Publications, 2008.

KODAMA, K. **Os índios no império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. A morte e as mortes de Nimuendajú. **Série Antropologia**, Brasília, n. 64, 1987.

LUVIZOTTO, C.K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

NIMUENDAJÚ, C. Excursões pela Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 44, n. 1, 2001.

NIMUENDAJÚ, C. Os Tapajó. **Revista de Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 53-61, 1953.

NIMUENDAJÚ, C. **Cartas do sertão de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira**. Apresentação e notas de Thekla Hartmann. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim, 2000.

MELATTI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil: um roteiro. **O que se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez e ANPOCS, 1990. v. 3, p. 123-211.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. Introdução. In: NIMUENDAJÚ, Curt. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Ed. Loyola, 1982, p. 9-23.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Marco Zero, 1987. p. 84-148.

PÁDUA, J. A. **Sopro de destruição, um pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PEIRANO, Mariza G. S. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS: Brasília; CAPES, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Os índio e civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHRÖDER, Peter. Curt Unckel Nimuendajú: um levantamento bibliográfico. **Tellus**, ano 13, n. 24, p. 39-76, jan./jun. 2013.

SCHRÖDER, Peter. **Etnologia indígena na Amazônia**: das tradições bastianas e boasianas até o cenário atual. In: V REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA E XIV REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE. Maceió, 2015. Anais do V REA e XIV REABANE: direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimento. Maceió, 19 a 22 de julho de 2015. Maceió. EDUFAL, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Nimuendajú e os Guarani. in NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**. São Paulo, Hucitec. 1987